

Paulo Lôbo

# Direito Civil

*Obrigações*  
volume 2

11ª edição●

2023

saraiva  jur

obra completa 978-85-536-0772-3

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

L799d Lóbo, Paulo

Direito Civil: Obrigações v. 2 / Paulo Lóbo. – 11. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.  
376 p.

ISBN 978-85-5362-832-8 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2022-2970

CDD 347  
CDU 347**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

1187848

**Data de fechamento da edição: 10-10-2022**Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.



**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de produção e projetos** Fernando Penteado  
**Gerência editorial** Thais Cassoli Reato César

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
 Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Jeferson Costa da Silva (coord.)  
 Estevão Bula Gonçalves

**Design e Produção** Daniele Debora de Souza (coord.)  
 Flavio Teixeira Quarazemin  
 Camilla Felix Cianelli Chaves  
 Claudirene de Moura Santos Silva  
 Deborah Mattos  
 Lais Soriano  
 Tiago Dela Rosa

**Planejamento e projetos** Cintia Aparecida dos Santos  
 Daniela Maria Chaves Carvalho  
 Emily Larissa Ferreira da Silva  
 Kelli Priscila Pinto

**Diagramação** Claudirene de Moura Santos Silva  
**Revisão** Carolina Mihoko Massanhi  
**Capa** Deborah Mattos

**Adaptação de capa** Lais Soriano  
**Produção gráfica** Marti Rampim  
 Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

COD. OBRA 15725 CL 608069 CAE 818273

# SUMÁRIO

---

Apresentação .....	13
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>Direito das Obrigações.....</b>	<b>15</b>
1.1. Direito das Obrigações.....	15
1.2. Obrigações Não Incluídas no Campo Próprio do Direito das Obrigações.....	17
1.3. Constitucionalização do Direito das Obrigações .....	20
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Obrigações Civis .....</b>	<b>23</b>
2.1. Conceito de Obrigações.....	23
2.2. Pressupostos das Obrigações .....	24
2.3. Distinção entre Dívida e Obrigação .....	26
2.4. Execução Forçada .....	26
2.5. Dívida e Responsabilidade .....	28
2.6. O Papel da Causa nas Obrigações .....	32
2.7. Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado.....	33
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>Fontes das Obrigações .....</b>	<b>37</b>
3.1. Classificação das Fontes.....	37
3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes.....	40
3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro .....	41
3.2. Nossa Posição .....	43
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>Relação Jurídica Obrigacional.....</b>	<b>46</b>
4.1. Relação Jurídica Pessoal e Relativa .....	46

4.2.	Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos .....	50
4.3.	Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro .....	51
4.4.	Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de Terceiros .....	52
4.5.	Tutela Externa do Crédito .....	53
4.6.	A Relação Obrigacional como Processo .....	56

## CAPÍTULO V

<b>Prestação</b> .....	<b>59</b>	
5.1.	A Prestação como Objeto da Obrigação .....	59
5.2.	Direito à Prestação ou Direito de Crédito .....	60
5.3.	Licitude da Prestação .....	61
5.4.	Determinação da Prestação .....	62
5.5.	Possibilidade e Impossibilidade da Prestação .....	64
5.5.1.	Superendividamento: Impossibilidade Subjetiva da Prestação .....	66
5.6.	Prestações Instantâneas e Duradouras .....	69
5.7.	Imputação de Responsabilidade .....	69

## CAPÍTULO VI

<b>Deveres Gerais de Conduta nas Obrigações</b> .....	<b>71</b>	
6.1.	Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta .....	71
6.2.	Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações .....	75
6.2.1.	Deveres de boa-fé pré e pós-obrigacionais .....	77
6.2.2.	Dever de boa-fé em não agir contra os atos próprios .....	78
6.3.	Dever de Realizar a Função Social .....	81
6.4.	Dever de Equivalência Material das Prestações .....	83
6.5.	Dever de Equidade .....	85
6.6.	Dever de Informar .....	87
6.7.	Dever de Cooperação .....	91

## CAPÍTULO VII

<b>Obrigações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem Pretensão</b> .....	<b>94</b>	
7.1.	Direitos sem Pretensão .....	94
7.2.	Dívidas Prescritas .....	96
7.3.	Obrigações Judicialmente Inexigíveis .....	97
7.4.	Dívidas de Jogo e de Aposta .....	98

## CAPÍTULO VIII

<b>Obrigações de Fazer e de Não Fazer</b> .....	<b>100</b>
---	------------

8.1.	Primazia das Obrigações de Fazer .....	100
8.2.	Obrigações de Fazer.....	101
	8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer .....	102
	8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer.....	104
8.3.	Obrigações de Não Fazer .....	105
	8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer .....	107
	8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer.....	108

## CAPÍTULO IX

<b>Obrigações de Dar .....</b>	<b>110</b>	
9.1. Obrigações de Dar .....	110	
9.2. Obrigações de Dar Coisa Certa.....	111	
	9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa .....	112
	9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos.....	113
9.3. Obrigação de Restituir.....	113	
9.4. Obrigação de Dar Coisa Futura .....	115	
9.5. Obrigações de Dar Coisa Incerta.....	116	
	9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta ....	119

## CAPÍTULO X

<b>Obrigações Alternativas .....</b>	<b>120</b>	
10.1. Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha .....	120	
	10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas.....	122
10.2. Impossibilidade da Prestação Alternativa.....	123	
10.3. Obrigações Facultativas .....	125	

## CAPÍTULO XI

<b>Obrigações Indivisíveis e Divisíveis .....</b>	<b>126</b>	
11.1. Obrigações Indivisíveis .....	126	
11.2. Obrigações Divisíveis.....	128	
11.3. Pluralidade de Participantes .....	130	
	11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores .....	131
11.4. Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível .....	132	

## CAPÍTULO XII

<b>Obrigações Solidárias.....</b>	<b>133</b>
12.1. Obrigações Solidárias.....	133
12.2. Solidariedade Ativa.....	136
12.3. Solidariedade Passiva .....	141

12.3.1. Mora na solidariedade passiva .....	144
12.4. Na Fiança Não Há Solidariedade .....	144
12.5. Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário.....	145
12.6. Rateio entre os Devedores Solidários .....	146
12.7. Impossibilidade da Obrigação Solidária .....	148
12.8. Extinção da Obrigação Solidária.....	148

### CAPÍTULO XIII

<b>Transmissão das Obrigações .....</b>	<b>150</b>
13.1. Transmissão de Créditos e Dívidas .....	150
13.2. Cessão de Crédito .....	151
13.2.1. Forma da cessão de crédito.....	155
13.2.2. Notificação do devedor .....	156
13.2.3. Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão .....	157
13.2.4. Cessões legais de crédito.....	158
13.2.5. Responsabilidades do credor cedente.....	158
13.2.6. Créditos intransmissíveis.....	160
13.2.7. Pluralidade de cessões de crédito .....	161
13.3. Assunção de Dívida .....	162
13.3.1. Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida .....	164
13.3.2. Assunção de adimplemento .....	166
13.4. Cessão de Contrato .....	166

### CAPÍTULO XIV

<b>Adimplemento .....</b>	<b>168</b>
14.1. Concepção do Adimplemento .....	168
14.2. Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir).....	171
14.3. Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir) .....	173
14.4. Objeto do Adimplemento.....	176
14.4.1. Moeda como meio de pagamento. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor .....	177
14.4.2. A correção monetária do valor da prestação .....	180
14.4.3. Índices e parâmetros de atualização monetária.....	181
14.4.4. Proibições e limitações de índices de correção monetária .....	182
14.4.5. Correção monetária excessiva como cláusula abusiva .....	183
14.4.6. Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes....	184
14.5. Prova do Adimplemento. Quitação.....	187
14.6. Lugar do Adimplemento .....	191

14.7.	Tempo do Adimplemento. Prazo de Graça .....	193
14.8.	Adimplemento Substancial.....	195

## CAPÍTULO XV

<b>Modos Eventuais de Adimplemento .....</b>	<b>200</b>	
15.1.	A Razão de Serem Modos Eventuais.....	200
15.2.	Consignação em Adimplemento.....	200
15.3.	Adimplemento com Sub-rogação.....	206
15.4.	Imputação do Adimplemento.....	209
15.5.	Dação em Adimplemento.....	211
15.6.	Compensação .....	215
15.6.1.	Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação .....	220
15.6.2.	Hipóteses de exclusão da compensação .....	221
15.7.	Confusão .....	223
15.8.	Novação .....	225
15.9.	Remissão de Dívida .....	230

## CAPÍTULO XVI

<b>Inadimplemento das Obrigações.....</b>	<b>233</b>	
16.1.	Inadimplemento em Geral .....	233
16.1.1.	Culpa ou dolo no inadimplemento.....	237
16.1.2.	Caso fortuito e força maior .....	238
16.2.	Mora.....	238
16.2.1.	Mora do devedor.....	241
16.2.2.	Mora do credor .....	243
16.2.3.	Purgação da mora .....	245
16.3.	Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor.....	246
16.4.	Perdas e Danos pelo Inadimplemento.....	249
16.5.	Juros.....	252
16.6.	Arras e Direito de Arrependimento .....	258
16.7.	Violação Positiva da Obrigação .....	262
16.8.	Inadimplemento Antecipado.....	265

## CAPÍTULO XVII

<b>Cláusula Penal.....</b>	<b>266</b>	
17.1.	Características .....	266
17.2.	Funções da Cláusula Penal.....	267
17.3.	Limites Legais da Cláusula Penal .....	271
17.4.	Redução Judicial e Aplicação da Equidade .....	273

<b>CAPÍTULO XVIII</b>	
<b>Obrigações Oriundas de Atos Unilaterais .....</b>	<b>276</b>
18.1. Atos Unilaterais .....	276
18.2. Promessa de Recompensa .....	276
18.3. Concurso de Direito Privado.....	280
18.4. Gestão de Negócios Alheios .....	282
18.5. Enriquecimento sem Causa .....	285
18.6. Pagamento Indevido .....	288
<b>CAPÍTULO XIX</b>	
<b>Responsabilidade Civil em Geral.....</b>	<b>292</b>
19.1. Dimensões da Responsabilidade em Geral.....	292
19.2. A Responsabilidade no Direito .....	294
19.3. Noção de Responsabilidade Civil .....	295
19.4. Evolução da Responsabilidade Civil .....	298
19.5. Fundamentos da Responsabilidade Civil .....	301
19.6. Responsabilidade Civil Preventiva .....	302
19.7. Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano .....	305
19.8. Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil..	307
19.9. Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial .....	310
19.10. Principais Classes de Responsabilidade Civil.....	313
19.11. Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa).....	313
19.12. Responsabilidade Civil Transubjetiva.....	316
19.13. Responsabilidade Civil Objetiva .....	317
19.14. Responsabilidade Civil sem Dano .....	319
19.15. Pré-Exclusão de Ilícitude e Responsabilidade Civil .....	320
19.16. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas .....	321
19.17. Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga....	322
19.18. Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual.....	323
19.19. Responsabilidade Civil por Ilícito Lucrativo.....	327
<b>CAPÍTULO XX</b>	
<b>Danos.....</b>	<b>329</b>
20.1. Dano em Geral.....	329
20.2. Classes de Danos .....	330
20.3. Dano Patrimonial ou Material .....	333
20.3.1. Perda de chance.....	334
20.4. Dano Moral.....	336
20.5. Dano Estético.....	340
20.6. Dano Existencial.....	342

<b>CAPÍTULO XXI</b>	
<b>Reparação Civil .....</b>	<b>345</b>
21.1. Dever de Reparação do Dano.....	345
21.2. Direito à Reparação .....	347
21.3. Espécies de Reparação.....	347
21.4. Abrangência da Reparação .....	350
21.5. Reparação do Dano Moral .....	350
21.6. Reparação Punitiva .....	352
21.7. Reparação por Fato do Homem.....	354
21.7.1. Danos sociais .....	357
21.8. Reparação pelo Fato do Animal .....	358
21.9. Reparação pelo Fato da Coisa .....	359
21.10. Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal.....	360
21.11. Reparações Específicas .....	362
<b>Bibliografia .....</b>	<b>365</b>

Paulo Lôbo

# Direito Civil

*Famílias*

volume 5

11ª edição  
2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.sets@somoseducacao.com.br](mailto:sac.sets@somoseducacao.com.br)

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Renata Pascual Müller
<b>Gerência de projetos e produção editorial</b>	Fernando Penteado
<b>Planejamento</b>	Josiane de Araujo Rodrigues
<b>Novos projetos</b>	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Clarissa Boraschi Mana (coord.) Daniel Pavani Naveira
<b>Produção editorial</b>	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari Estela Janiski Zumbano
<b>Arte e digital</b>	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Ciarelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
<b>Projetos e serviços editoriais</b>	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
<b>Diagramação</b>	Gledson Zifssak
<b>Revisão</b>	Denise Pisaneschi
<b>Capa</b>	Casa de Ideias/Daniel Rampazzo
<b>Produção gráfica</b>	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	Gráfica Paym

obra completa 978-85-536-0772-3

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Lôbo, Paulo

Direito civil - volume 5: famílias / Paulo Lôbo. – 11. ed. –  
São Paulo: Saraiva Educação, 2021.  
480 p.

**Bibliografia**

ISBN 978-85-5559-364-8 (impresso)

1. Direito civil – Brasil. 2. Direito de família – Jurisprudência  
- Brasil. 3. Direito de família – Legislação - Brasil. I. Título.

20-0722 CDD 344.6  
CDU 347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil

**Data de fechamento da edição: 3-12-2020**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606895 CAE 744684

# SUMÁRIO

Apresentação . . . . .	15
<b>CAPÍTULO I</b>	
Família Brasileira: Origens e Dimensões Jurídicas. . . . .	17
1.1. Introdução . . . . .	17
1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas . . . . .	19
1.3. Repersonalização das Relações de Família. . . . .	22
1.4. Socioafetividade e Parentalidade. . . . .	26
1.5. Constitucionalização das Famílias e de seus Fundamentos Jurídicos. . . . .	32
<b>CAPÍTULO II</b>	
Direito de Família . . . . .	36
2.1. Conteúdo e Abrangência . . . . .	36
2.2. Direitos da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência . . . . .	38
2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro . . . . .	41
2.4. Direito Público ou Privado? . . . . .	45
2.5. Tipos de Famílias segundo os Fins Legais. . . . .	47
2.6. Interação com o Direito das Sucessões . . . . .	48
2.7. Interferências dos Outros Ramos do Direito Civil . . . . .	49
2.8. Tutela da Privacidade e a Mediação Familiar . . . . .	50
2.9. Direito de Família Intertemporal . . . . .	51
<b>CAPÍTULO III</b>	
Princípios do Direito de Família . . . . .	55
3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família. . . . .	55
3.1.1. Princípio da Laicidade . . . . .	57
3.2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Família . . . . .	58
3.3. Princípio da Solidariedade Familiar . . . . .	60
3.4. Princípio da Igualdade Familiar e Direito à Diferença . . . . .	63
3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. . . . .	65

3.4.2. Emancipação progressiva da mulher no direito de família brasileiro . . .	68
3.5. Princípio da Liberdade Familiar . . . . .	70
3.6. Princípio da Responsabilidade Familiar . . . . .	72
3.7. Princípio da Afetividade. . . . .	74
3.8. Princípio da Convivência Familiar . . . . .	77
3.9. Princípio do Melhor Interesse da Criança. . . . .	79

## CAPÍTULO IV

Entidades Familiares . . . . .	81
4.1. Pluralismo das Entidades Familiares e dos Âmbitos da Família. . . . .	81
4.2. Da Demarcação Jurídico-Constitucional das Entidades Familiares. . . . .	84
4.3. Das Normas Constitucionais de Inclusão. . . . .	85
4.4. Do Melhor Interesse das Pessoas Humanas que Integram as Entidades Familiares. . . . .	87
4.5. Família Monoparental . . . . .	87
4.6. União Homoafetiva . . . . .	89
4.7. Famílias Recompuestas . . . . .	92

## CAPÍTULO V

Casamento . . . . .	97
5.1. Validade e Eficácia do Casamento . . . . .	97
5.2. Casamento Religioso . . . . .	100
5.3. A Idade Núbil ou a Capacidade para Casar . . . . .	103
5.4. Impedimentos Matrimoniais em Geral . . . . .	105
5.5. Tipos de Impedimentos Matrimoniais . . . . .	107
5.6. Causas Suspensivas do Casamento . . . . .	110
5.7. Habilitação para o Casamento . . . . .	111
5.8. Celebração e Registro do Casamento . . . . .	113
5.9. Casamentos em Situações Extremas . . . . .	117
5.10. Prova do Casamento e Posse do Estado de Casado . . . . .	118
5.11. Casamento no Estrangeiro . . . . .	119

## CAPÍTULO VI

Invalidez do Casamento . . . . .	121
6.1. Peculiaridades e Espécies de Invalidez do Casamento . . . . .	121
6.2. Nulidade do Casamento . . . . .	122
6.3. Anulabilidade do Casamento . . . . .	125
6.4. Erro Essencial sobre a Pessoa do Outro Cônjuge . . . . .	128
6.5. Prazos Decadenciais para Anulação do Casamento. . . . .	131
6.6. Casamento Putativo . . . . .	133

**CAPÍTULO VII**

<b>Eficácia do Casamento.</b> . . . . .	<b>135</b>
7.1. Plano da Eficácia e Direção da Sociedade Conjugal . . . . .	135
7.2. Alteração ou Adoção de Sobrenome com o Casamento . . . . .	137
7.3. Deveres Comuns e Igualdade Conjugal . . . . .	138
7.4. Dever de Fidelidade Recíproca . . . . .	140
7.5. Dever de Respeito e Consideração Mútuos . . . . .	142
7.6. Dever de Vida em Comum, no Domicílio Conjugal . . . . .	142
7.7. Dever de Mútua Assistência . . . . .	143
7.8. Dever de Sustento, Guarda e Educação dos Filhos . . . . .	144
7.9. Descumprimento dos Deveres Conjugais. . . . .	145

**CAPÍTULO VIII**

<b>Divórcio e Separação</b> . . . . .	<b>147</b>
8.1. O Divórcio, seus Antecedentes e a Mudança Constitucional . . . . .	147
8.2. Extinção da Separação Judicial e de Causas ou Prazos para o Divórcio .	149
8.3. Tipos de Divórcio no Direito Brasileiro Atual . . . . .	152
8.4. Critérios Comuns aos Divórcios Judiciais. . . . .	154
8.5. Divórcio Consensual Extrajudicial. . . . .	156
8.6. Efeitos do Divórcio. Partilha dos Bens Comuns. . . . .	158
8.7. Desconsideração da Personalidade Jurídica em Razão do Divórcio. . .	160
8.8. Efeitos Essenciais do Divórcio . . . . .	161
8.9. Consequências da Extinção da Separação Judicial . . . . .	163
8.10. Separação de Corpos e Separação de Fato. . . . .	164

**CAPÍTULO IX**

<b>União Estável</b> . . . . .	<b>168</b>
9.1. Origens e Características da União Estável. . . . .	168
9.2. Requisitos e Natureza da União Estável . . . . .	172
9.3. Namoro e União Estável . . . . .	175
9.4. Quando se Inicia a União Estável. . . . .	177
9.5. Direitos e Deveres . . . . .	179
9.6. Regime de Bens . . . . .	180
9.7. Conversão da União Estável em Casamento. . . . .	184
9.8. Extinção da União Estável . . . . .	186
9.9. União Estáveis Paralelas . . . . .	188
9.10. União Estáveis Putativas . . . . .	190
9.11. União Estável Concubinária. . . . .	191

**CAPÍTULO X**

Direito à Convivência e Proteção dos Filhos . . . . .	195
10.1. Proteção dos Filhos como Direito à Convivência . . . . .	195
10.2. Direito à Convivência do Filho de Pais Separados . . . . .	196
10.3. Direito à Convivência Compartilhada (“Guarda Compartilhada”) . . . . .	198
10.3.1. Coparentalidade . . . . .	204
10.4. Guarda Unilateral . . . . .	205
10.5. Direito de Visita na Guarda Unilateral . . . . .	209
10.6. Alienação Parental . . . . .	211

**CAPÍTULO XI**

Relações de Parentesco . . . . .	213
11.1. Parentesco no Direito Brasileiro . . . . .	213
11.2. Origens e Modalidades do Parentesco . . . . .	214
11.3. Parentesco em Linha Reta . . . . .	215
11.4. Parentesco Colateral . . . . .	217
11.5. Graus de Parentesco e sua Contagem . . . . .	218
11.6. Parentesco por Afinidade . . . . .	220

**CAPÍTULO XII**

Direito de Filiação . . . . .	223
12.1. Conceito de Filiação . . . . .	223
12.2. Igualdade da Filiação . . . . .	224
12.3. Direito ao Planejamento Familiar . . . . .	225
12.4. Modos e Presunções Legais de Concepção dos Filhos . . . . .	226
12.5. Inseminação Artificial Homóloga . . . . .	229
12.5.1. Gestação por substituição . . . . .	231
12.6. Inseminação Artificial Heteróloga . . . . .	234
12.7. As Presunções de Filiação na União Estável . . . . .	236
12.8. Filiação Socioafetiva . . . . .	237
12.8.1. Direito ao conhecimento da origem genética . . . . .	240
12.8.2. Parto anônimo . . . . .	241
12.9. Prova da Filiação . . . . .	242
12.10. Validade e Eficácia do Registro de Nascimento . . . . .	244
12.11. Posse de Estado de Filiação . . . . .	246
12.12. Legitimidade para a Prova Judicial da Filiação . . . . .	247
12.13. Multiparentalidade e Filiação . . . . .	249
12.13.1. Tese do STF de Repercussão Geral – Tema 622 . . . . .	251

**CAPÍTULO XIII**

Dúvidas e Impugnação da Filiação . . . . .	258
13.1. Novas Núpcias da Mulher . . . . .	258
13.2. Impotência para Gerar . . . . .	260
13.3. Presunção de Paternidade e o Adultério da Mãe . . . . .	261
13.4. Impugnação da Paternidade pelo Marido da Mãe . . . . .	262
13.5. Reconfiguração da Presunção <i>Pater Is Est</i> . . . . .	265
13.6. Impugnação da Maternidade pela Suposta Mãe . . . . .	266
13.7. “Adoção à Brasileira” . . . . .	268

**CAPÍTULO XIV**

Reconhecimento de Filho . . . . .	271
14.1. Direito ao Reconhecimento Voluntário de Filho . . . . .	271
14.2. Natureza do Reconhecimento de Filho . . . . .	273
14.3. Modalidades de Reconhecimento Voluntário . . . . .	274
14.4. Irrevogabilidade e Incondicionalidade do Reconhecimento . . . . .	277
14.5. Direito do Filho a Residir com o Genitor que o Reconheceu . . . . .	279
14.6. Guarda do Filho Reconhecido . . . . .	280
14.7. Investigação da Paternidade e da Maternidade . . . . .	281
14.8. Consentimento e Impugnação do Reconhecimento pelo Filho . . . . .	284

**CAPÍTULO XV**

Adoção . . . . .	288
15.1. Características, Evolução e Fundamentos Constitucionais . . . . .	288
15.1.1. Evolução da adoção no direito . . . . .	291
15.2. Legitimados a Adotar . . . . .	293
15.3. Estágio de Convivência . . . . .	295
15.4. Consentimento para Adoção e Hipóteses de sua Dispensa. Entrega pela Gestante para Adoção . . . . .	296
15.5. Adoção por duas Pessoas. Adoção póstuma . . . . .	300
15.6. Adoção de Maiores de 18 Anos . . . . .	301
15.7. Requisitos do Processo Judicial. Adoção <i>Intuitu Personae</i> . . . . .	302
15.8. Efeitos da Adoção . . . . .	305
15.9. Adoção Internacional . . . . .	308

**CAPÍTULO XVI**

Autoridade Parental (Poder familiar). . . . .	312
16.1. Transformação do Pátrio Poder na Autoridade Parental . . . . .	312
16.2. Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente . . . . .	316
16.3. Os Pais como Únicos Titulares da Autoridade Parental . . . . .	317

16.4.	Titularidade da Autoridade Parental pelos Pais Separados. . . . .	318
16.5.	Exercício da Autoridade Parental . . . . .	319
16.6.	Suspensão e Extinção da Autoridade Parental. . . . .	323
16.7.	Perda da Autoridade Parental . . . . .	325
16.8.	Abandono Afetivo do Filho . . . . .	328
16.9.	Responsabilidade Civil dos Pais . . . . .	331
16.10.	Representação, Assistência e Curatela dos Filhos . . . . .	333
16.11.	Administração e Usufruto dos Bens dos Filhos. . . . .	334

## CAPÍTULO XVII

<b>Regime Matrimonial de Bens . . . . .</b>	<b>338</b>	
17.1.	Liberdade de Convenção e Mudança de Regime . . . . .	338
17.2.	Regime Legal Dispositivo. . . . .	343
17.3.	Regime Legal Obrigatório . . . . .	344
17.4.	Efeitos Comuns entre os Cônjuges, em Qualquer Regime de Bens. . . . .	347
17.5.	Atos Proibidos ao Cônjuge sem Autorização do Outro. . . . .	351
17.6.	Responsabilidade Civil do Cônjuge pela Má Gestão dos Bens Comuns e Privativos. . . . .	354
17.7.	Pacto Antenupcial . . . . .	357
17.8.	Regime de Bens no Casamento com Estrangeiro . . . . .	362
17.9.	Usucapião entre Ex-Cônjuges ou Ex-Companheiros . . . . .	362
17.10.	Direito Intertemporal dos Regimes de Bens . . . . .	364

## CAPÍTULO XVIII

<b>Regime de Comunhão Parcial . . . . .</b>	<b>366</b>	
18.1.	Bens Comuns e Bens Particulares. . . . .	366
18.2.	Bens que Entram na Comunhão . . . . .	367
18.3.	Bens, Valores e Obrigações Excluídos da Comunhão . . . . .	369
18.4.	Exclusão por causa de Aquisição Anterior ao Casamento . . . . .	372
18.5.	Bens Móveis. . . . .	373
18.6.	Administração dos Bens Comuns e Responsabilidade pelas Dívidas. . . . .	373
18.7.	Administração dos Bens Particulares e Dívidas Respectivas . . . . .	375

## CAPÍTULO XIX

<b>Regimes de Bens Matrimoniais Facultativos . . . . .</b>	<b>376</b>	
19.1.	Regime de Comunhão Universal . . . . .	376
19.2.	Regime de Separação de Bens. . . . .	380
19.3.	Regime de Participação Final nos Aquestos . . . . .	383
19.3.1.	Patrimônio próprio de cada cônjuge. . . . .	385
19.3.2.	Partilha dos aquestos e o modo de cálculo . . . . .	386

19.3.3. Dívidas dos cônjuges . . . . .	390
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos . . . . .	392
19.3.5. Outros efeitos do regime de participação final nos aquestos . . . . .	393
<b>CAPÍTULO XX</b>	
<b>Alimentos . . . . .</b>	<b>395</b>
20.1. Natureza, Características e Fundamentos . . . . .	395
20.1.1. Transação, conciliação e compensação . . . . .	399
20.1.2. Renúncia aos alimentos . . . . .	400
20.2. Requisitos de Necessidade, Possibilidade e Razoabilidade . . . . .	401
20.3. Obrigação Solidária ou Subsidiária? . . . . .	403
20.4. Titulares dos Alimentos ou Alimentandos . . . . .	404
20.4.1. Ex-cônjuges e ex-companheiros . . . . .	407
20.4.2. Alimentos gravídicos . . . . .	408
20.5. Devedores dos Alimentos ou Alimentantes . . . . .	409
20.6. O Fator Culpa na Atribuição dos Alimentos . . . . .	412
20.7. Fixação dos Alimentos . . . . .	413
20.7.1. Alimentos provisionais e alimentos transitórios . . . . .	416
20.8. Atualização e Revisão dos Alimentos . . . . .	417
20.9. Extinção. . . . .	419
20.10. Prisão Civil do Devedor . . . . .	422
20.11. Compensação Econômica (Alimentos Compensatórios) . . . . .	425
<b>CAPÍTULO XXI</b>	
<b>Bem de Família. . . . .</b>	<b>429</b>
21.1. Conceito, Evolução e Tipos . . . . .	429
21.2. Objeto do Bem de Família Legal . . . . .	431
21.3. Bens e Dívidas Excluídos do Bem de Família Legal . . . . .	435
21.4. Beneficiários do Bem de Família Legal . . . . .	437
21.5. Fraude Contra Credores e Desconsideração da Pessoa Jurídica . . . . .	438
21.6. Instituição de Bem de Família Voluntário . . . . .	439
21.7. Objeto do Bem de Família Voluntário . . . . .	440
21.8. Beneficiários do Bem de Família Voluntário. . . . .	443
21.9. Exclusões da Impenhorabilidade e Proibições. . . . .	444
21.10. Extinção do Bem de Família Voluntário . . . . .	445
<b>CAPÍTULO XXII</b>	
<b>Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada . . . . .</b>	<b>446</b>
22.1. Finalidades e Distinções . . . . .	446
22.2. Escolha e Nomeação do Tutor . . . . .	447

22.3. Incapacidade de Exercício e Escusa da Tutela . . . . .	450
22.4. Exercício da Tutela . . . . .	452
22.5. Prestação de Contas pelo Tutor . . . . .	455
22.6. Extinção da Tutela . . . . .	456
22.7. Curatela . . . . .	456
22.8. Tomada de Decisão Apoiada . . . . .	461
 Bibliografia. . . . .	 465